

# UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

## CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA



### Transição agroecológica da cajucultura familiar no município de Barreira, Ceará

Francyálisson Lima de Oliveira<sup>1</sup>, Enio Giuliano Girão<sup>2</sup>, Angela Küster<sup>3</sup>

[1] Graduando em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará. Estagiário da Embrapa Agroindústria Tropical. [cajucultura@gmail.com](mailto:cajucultura@gmail.com)

[2] Mestre em Irrigação e Drenagem. Analista da Embrapa Agroindústria Tropical. [enio@cnpat.embrapa.br](mailto:enio@cnpat.embrapa.br)

[3] Gerente de Projetos. Fundação Konrad Adenauer Stiftung. [angela.kuster@kas.de](mailto:angela.kuster@kas.de)

#### 1. INTRODUÇÃO

O município de Barreira, situado a 80 km de Fortaleza, conta em 2008 com 19.469 habitantes (IBGE). A agricultura familiar predomina as atividades econômicas do município, que depende, sobretudo, da cajucultura. Dessa forma o município é hoje o sétimo maior produtor de castanha de caju do Ceará (IBGE), sendo o que conta com maior participação da agricultura familiar. Em 1986, surgiu a Associação Comunitária de Barreira, que trabalha desde então na organização dos cajucultores do município, mantendo uma Central de Beneficiamento de Castanha de Caju, e desenvolvendo trabalhos comunitários, associativos e produtivos.

O Núcleo de Iniciativas Comunitárias (NIC Barreira), uma ONG com atuação regional e sede em Barreira, vem desde 2005 acompanhando o PA Rural com assistência técnica e consultorias e desde 2006 conta com a parceria da Fundação Konrad Adenauer Fortaleza através do Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado, cofinanciado pela União Européia.

Junto à Copacaju – uma cooperativa com 10 mini-fábricas associadas através de um projeto da Fundação Banco do Brasil – formou-se em 2007 um grupo de apoio composto por várias instituições, como a Embrapa Agroindústria Tropical, o SEBRAE e a Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (NUTEC), que desenvolveram em conjunto o Projeto “Qualificação da cajucultura familiar para o acesso a mercados diferenciados”.

#### 2. OBJETIVOS

- Promover a capacitação de um grupo de cinquenta cajucultores de base familiar;
- Promover a certificação orgânica e de mercado justo, agregando valor ao produto e melhorando a renda dos envolvidos.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia baseia-se nos princípios da agroecologia e na construção coletiva do conhecimento com gestão participativa, envolvendo os agricultores com igualdade de gênero e geração. A certificação é trabalhada em grupo, dando a possibilidade para a associação planejar a produção e a assinatura de contratos com os compradores, garantindo a quantidade, qualidade e regularidade, conseguindo assim melhores preços para os produtores. O modelo de gestão foi construído de forma descentralizada, dando autonomia aos grupos em torno das minifábricas.

A sensibilização, mobilização e organização dos cajucultores de Barreira para a certificação orgânica já está sendo trabalhada pelo PA Rural, com assessoria do NIC, há mais de dois anos, época em que houve as primeiras reuniões com diversas instituições, inclusive certificadoras, informando sobre o processo, oportunidades e riscos da certificação.

A articulação entre atores e instituições também é um princípio da metodologia de trabalho, buscando uma articulação que vise à realização de ações e resultados conjuntos. Dessa forma, o projeto é construído, executado, monitorado e avaliado por meio de metodologias participativas, com a presença de técnicos das instituições parceiras e representantes dos cajucultores, tanto de produtores como de beneficiadores, formando um conselho gestor participativo.

Os cajucultores participantes estão associados ao PA Rural, firmam seu compromisso de seguir as orientações para a adequação das suas propriedades aos critérios da certificação orgânica, implementam o Sistema de Controle Interno e se comprometem, via contrato, a dar preferência ao PA Rural no fornecimento dos produtos certificados. A meta é certificar 100 propriedades com a participação de 200 agricultores e 100 jovens rurais, nos próximos dois anos.

Para orientar a transição agroecológica, são realizados cursos para a aplicação de técnicas de cultivo e processamento de caju, por meio de pesquisa de práticas conservacionistas de solo (adubação orgânica), controle de pragas com utilização de defensivos naturais e processamento de pedúnculos e amêndoas adequadas às normas de certificação.

A sensibilização, o conhecimento e apropriação da legislação de produtos orgânicos são trabalhados com o estudo da Lei 10.831/2003 (Lei da Agricultura Orgânica) e do Decreto nº. 6.323/2007, a identificação de não conformidades nas propriedades e a adequação aos critérios da certificação, com visitas técnicas às propriedades e o georreferenciamento das áreas e a elaboração de croquis para as adequações necessárias.

São desenvolvidos experimentos em campo, que serão sistematizados pela Embrapa Agroindústria Tropical, com a publicação de rotinas de sistema agroecológico para o caju.

A Construção do Sistema de Controle Interno – SCI é outro passo importante a ser construído com os grupos, contribuindo para a profissionalização da gestão e a melhoria da produção. O procedimento da certificação em grupo foi aprovado no Brasil através da Lei da Agricultura Orgânica é uma opção para associações ou cooperativas, pois barateia os custos. A documentação do SCI oferece a possibilidade de realização de visitas pontuais da auditoria para sua verificação. Foi instalada uma comissão interna para manter e operar o SCI e assegurar o cumprimento de padrões estabelecidos. Dessa forma, o SCI estimulará o processo participativo na elaboração de documentos compreensíveis por todos.

A última fase desenvolvida foi a inspeção das propriedades pela certificadora, não sendo encontrada qualquer irregularidade que impeça a certificação.

#### **4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Projeto está na fase pós-vistoria. Nenhuma irregularidade grave foi encontrada durante a vistoria, prosseguindo o processo de certificação. Os benefícios financeiros ainda não são completamente visíveis, uma vez que ainda não é possível utilizar o certificado de produto orgânico ou mercado justo, o que não impede que o PA Rural seja convidado a participar de feiras importantes no Brasil e no exterior. O trabalho do projeto foi reconhecido no V Seminário de Inovação Industrial do Nordeste – INOVA, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará, ficando entre os cinco melhores trabalhos.

Além do econômico, o projeto propicia a mudança de hábitos nocivos ao homem e ao meio ambiente, implantando a área de reserva legal, incentivando a policultura, implementando práticas tecnicamente e ecologicamente próprias para o combate a insetos companheiros, vulgarmente chamados de “pragas” e de manutenção da cultura.

#### **5. CONCLUSÕES**

O projeto desenvolvido gera benefícios socioambientais, como recomposição de mata, soberania alimentar e assistência técnica, devendo ainda gerar incremento na renda e provavelmente na produtividade dos cajucultores da região. Tais benefícios devem promover melhoria no nível técnico dos produtores e a qualidade de produção e de vida, evitando o êxodo rural.

#### **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

IBGE. Estimativas de população para 1º de julho de 2009 enviadas para o TCU em 29/10/2009 [2009]. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP\\_2009\\_TCU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP_2009_TCU.pdf)>. Acesso em: 29 out 2009.

IBGE.